

A política externa brasileira frente à espionagem dos EUA

Guilherme Paul Berdu¹

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo apresentar as ações e reações da Política Externa Brasileira (PEB) perante à espionagem levada a cabo pelos EUA, assim como dos órgãos de integração regional sul-americana, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Ademais, abordam-se os posicionamentos dos periódicos impressos de grande circulação nacional em relação à postura do Brasil frente às denúncias de espionagem.

Palavras-chave: Brasil; Política Externa; Espionagem dos Estados Unidos

Brazilian foreign policy towards the US spy

Abstract: This article aims to present the actions and reactions of the Brazilian Foreign Policy (PEB) before the espionage carried out by the US, as the responses of the organisms of South American regional integration, the Southern Common Market (MERCOSUR) and the Union of South American Nations (UNASUR). In addition, to address the positions of great national circulation of printed periodicals in relation to Brazil's stance in the face of espionage accusations.

Key- Words: Brazil; Foreign policy; US Spying

Artigo recebido em 01/04/2016 e aprovado em 07/04/2016.

Introdução

A divulgação das informações fornecidas pelo ex-consultor da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos da América (EUA), Edward Snowden, divulgadas pelo jornal britânico The Guardian no dia 6 de junho de 2013, repercutiram e provocaram reações em distintos países. A América Latina, e mais especificamente o Brasil, enfoque desse estudo, atuou frente às revelações de Snowden tanto através de discursos condenatórios, como por mobilizações nacionais, bilaterais e multilaterais concretas; ademais do **adiamento da visita** da presidente brasileira, Dilma Rousseff, é possível observar ações mais profundas e de caráter de longo prazo, como a **consolidação do Marco Civil da Internet** e a **aprovação de documento regulatório na ONU**, além de influência em tomadas de decisão de setores estratégicos, como a **conclusão do Projeto FX-2**, com a escolha pelo sueco Gripen NG.

O presente artigo tem como principal objetivo **apresentar as ações e reações da Política Externa Brasileira (PEB)** perante à espionagem levada a cabo pelos EUA, assim como dos órgãos de integração regional sul-americana, **Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União de Nações Sul-Americanas (Unasul)**. Ademais, abordam-se os **posicionamentos dos** periódicos impressos de grande circulação nacional em relação à postura do Brasil frente às denúncias de espionagem.

Para este propósito, utilizaram-se como principais fontes os Informes Semanais e Mensais do Brasil produzidos pelo Observatório de Política Exterior (OPEX), do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), documentos oficiais do Estado Brasileiro, pronunciamentos e discursos de autoridades dos países envolvidos e bibliografia teórica-analítica.

A pergunta que guiará o desenvolvimento do artigo é: as reações da região sul-americana, em especial do Brasil, resultaram em mudanças na estrutura de poder regional e/ou global no que se refere ao tema segurança da rede e espionagem?

A espionagem estadunidense

É válido destacar que a espionagem entre Estados e as atividades de inteligência, não constituem procedimentos novos. Seu papel central nas relações internacionais antecede à formação dos Estados modernos. A consolidação dos Estados na Europa, no entanto, representou uma nova escala operacional das atividades de inteligência com função social organizada, profissional e permanente^{II}.

Uma das hipóteses em relação às origens, ou ao menos à ressignificação do monitoramento promovido pelos EUA, é a preocupação com a postura dos votantes do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2010, em que estava em pauta a imposição de sanções ao Irã por anunciar o enriquecimento de urânio em seu território e não se submeter aos mecanismos de verificação da comunidade internacional, como da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Os principais contrapontos à aprovação das sanções pelo CS, eram Brasil e Turquia. Sobre a batuta do governo Lula, e com apoio dos EUA, o Brasil apresentou-se como mediador da questão e logrou o compromisso do então presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, de que todo o enriquecimento de urânio do país seria feito na Turquia. Porém, os demais países do CS consideraram que Ahmadinejad não honraria o compromisso. Dessa forma, os EUA buscavam a aprovação de sanções internacionais contra o país e desejavam saber como os membros do CS votariam. Segundo reportagem da revista Época, com suposto acesso a um documento Top Secret, intitulado “Sucesso Silencioso”, os EUA teriam empreendido a espionagem de oito votantes do CS^{III}, monitorando trocas de e-mails, ligações telefônicas, mensagens de voz e texto^{IV}. No entanto, o próprio ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, minimizou a reportagem, ao argumentar que descobrir qual será a postura de uma país no CS não exige um aparato de alto sofisticação, bastando para isso a ação diplomática lícita e permitida com consulta a missões e interlocutores^V.

No que se refere às ações dos EUA, o país encontra-se no centro da questão desde a divulgação de documentos sobre protocolos de espionagem estadunidenses pelo site WikiLeaks. Essa primeira revelação já ocasionou tensões diplomáticas dos EUA com outros países e preocupações quanto à segurança da rede de comunicações. Por sua vez, o presidente Barack Obama admitiu que os EUA realizam o monitoramento das informações de outros países, e justificou tais ações com base em identificar e combater ações terroristas, o que seria benéfico, segundo ele, não apenas para o país norte-americano, mas para a estabilidade global.

De acordo com Edward Snowden, a NSA, criada em 1952 e atualmente com um efetivo de aproximadamente 35 mil funcionários, coletava informações de chamadas de cidadãos norte-americanos desde 2007 através da companhia de telefonia Verizon, identificando data, horário e local de ligações dos EUA para o exterior. Na internet, os dados incluíam e-mails, serviços de bate-papo, fotos, vídeos, downloads, senhas e dados de usuários em cerca de nove empresas na internet, sendo elas: Apple, AOL, Facebook, Google, Microsoft, PalTalk, Skype, Yahoo e YouTube. Apesar de ser apresentado como revelação nacional, as operações contavam com o aval do Congresso dos EUA, da corte secreta de Vigilância e Inteligência e também do poder Executivo. As operações de espionagem tinham colaboração de cerca de oitenta empresas de aplicativos, equipamentos, infraestrutura de rede, provedores de internet, sistemas operacionais, e telecomunicações. A colaboração de empresas segue com Hotmail, Outlook, SkyDrive e outras do Vale do Silício ligadas ao programa Prism, usado pela NSA para armazenar dados e atividade de usuários da rede, tanto indivíduos como instituições^{VI}. O Twitter, em meio a pressões pelo fornecimento de dados, processou o Departamento de Justiça dos EUA após meses de negociação, pelo direito de poder divulgar a quantidade e a natureza dos pedidos por informação privada recebidos^{VII}. Enquanto isso, a corte federal dos EUA divulgou documentos que demonstram que o país ameaçou multar o Yahoo em 250 mil dólares diários caso a empresa, que havia apelado à Corte contra a vigilância secreta de seus clientes, se recusasse a fornecer dados de usuários; o Yahoo acabou por aderir ao programa Prism da NSA^{VIII}. Outra empresa, a holandesa Gemalto, de segurança digital, informou que estaria investigando denúncias do site The Intercept, com base em documentos fornecidos por Snowden, de que a companhia fora invadida pela NSA e pela Sede de Comunicações do Governo (GCHQ) do Reino Unido, para obter chaves criptográficas que protegem comunicações de celulares^{IX}.

Após as revelações do The Guardian e da imprensa estadunidense, o presidente dos EUA, Barack Obama, defendeu os mecanismos de vigilância, ao afirmar que não haveria 100% de segurança com 100% de privacidade^X. Tal afirmação foi questionada pelo juiz Richard Leon, juiz do tribunal federal norte-americano, que defendeu que o Departamento de Estado não pode provar que a espionagem contribuiu de alguma maneira para evitar ataques terroristas^{XI}.

Durante discurso na 68ª Assembleia Geral da ONU, Obama tratou brevemente da vigilância estadunidense ao afirmar que o país iniciou a revisão dos procedimentos de inteligência, de modo a equilibrar preocupações de segurança de sua população e de seus aliados com as de privacidade^{XII}. Em agosto de 2013, o presidente anunciou a criação de uma comissão formada por cinco especialistas ex-funcionários do governo, que apresentariam um relatório até o dia 15 de dezembro de 2013, no qual se avaliaria a coleta de dados promovida pelas agências americanas. Apenas à chanceler alemã Ângela Merkel e a seu país foi garantida, por Obama, a suspensão do seguimento das comunicações. A ONU promoveu Reunião de Cúpula de Direitos Humanos para discutir a espionagem dos EUA; na ocasião, acordou-se a convocação de sessão especial do Conselho de Direitos Humanos para debater novamente a temática e esclarecer como o direito internacional a aborda. A alta comissária da organização, Navi Pillay, afirmou que os governos devem proteger a privacidade e demonstrou preocupação quanto à arbitrariedade na busca de informações, uma vez que o argumento da segurança nacional pode justificar abusos. Por sua vez, o relator para Liberdade de Expressão das Nações Unidas, Frank La Rue, propôs a criação de um cargo de relator para a concepção de princípios básicos a serem seguidos pelos países na forma de um tratado internacional^{XIII}.

No caso do Brasil, ademais da população residente e pessoas em trânsito, a vigilância dos EUA também teria atingido a presidente Dilma Rousseff e empresas e instituições de setores estratégicos, como a Petrobras e o Ministério de Minas e Energia do Brasil,

desqualificando o argumento de Obama de preocupação com a segurança ao estender a atividade para o âmbito econômico e estratégico. A observância da NSA teria interceptado e-mails, mensagens e telefonemas do celular de Dilma e seus assessores. Os dados apresentados por Snowden indicam que em janeiro de 2013, por exemplo, mais de 2 bilhões de telefonemas e mensagens foram acompanhadas, sendo o Brasil um dos alvos prioritários no mapa americano, ao lado de China, Irã, Rússia e Paquistão^{XIV}.

Outro país espionado pelos EUA foi a Índia; reportagem do jornal *The Hindu* revelou a ação estadunidense sobre membros do alto governo e empresas. A própria Índia concluiu, com base no documento vazado da NSA^{XV}, que o monitoramento ocorreu nas esferas política, burocrática e científica^{XVI}.

Apenas rumores sobre o fim do seguimento das comunicações de mandatários emergiram. Em reportagem do Wall Street Journal, afirmou-se que Obama teria ordenado o fim do monitoramento de diversos líderes mundiais, porém, a Casa Branca não confirmou a informação^{XVII}.

Sete meses após as revelações de Snowden, Obama apresentou novo plano de espionagem prometendo a interrupção da coleta massiva de dados telefônicos de estadunidenses e da espionagem de líderes de países aliados próximos. Com as mudanças, a coleta de dados de telefonemas nos EUA deveria passar por autorização da corte secreta de segurança nacional, o que na prática discursiva pode significar redução do escopo das buscas ou na prática técnica e política, apenas um procedimento formal. O presidente destacou também que o país não irá desculpar-se por possuir sistemas mais eficazes, e nesse sentido algumas práticas se manterão intocadas, como o rastreamento de transferências financeiras, inclusive por empresas de financiamento, pela Agência Nacional de Inteligência estadunidense (CIA)^{XVIII}.

Com respeito à União Europeia (UE), as denúncias da espionagem realizada pelos EUA cancelaram a segunda rodada de negociações do acordo de livre comércio entre o bloco e o país, retomada em novembro de 2013. A UE e a Alemanha enviaram delegações de parlamentares a Washington para discutir junto a representantes do governo estadunidense as atividades dos EUA na região, e tentar restabelecer a confiança entre as partes. A expedição foi agendada após conversa por telefone entre Merkel e Obama, na qual a chanceler alemã pediu esclarecimentos ao mandatário norte-americano. Por sua vez, Keith Alexander, chefe da NSA, afirmou que as informações dos documentos tornados públicos correspondem a dados coletados por agências de inteligência europeias e repassadas aos norte-americanos, e que, portanto, as matérias sobre espionagem a cidadãos europeus eram falsas, uma vez que seus autores não teriam entendido os dados aos quais tiveram acesso^{XIX}.

Ângela Merkel declarou que estabelecerá negociações com o presidente francês, François Hollande, para a construção de uma rede de comunicação europeia, evitando assim que e-mails e outros dados passem pelos EUA^{XX}. Posteriormente, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, anunciou o pedido formal de que o representante-chefe da CIA, cujo nome não foi divulgado, deixasse o país, destacando a medida como uma reação adequada à quebra de confiança entre os países em meio às investigações de dois funcionários alemães terem espionado para os EUA^{XXI}. Merkel voltou a se pronunciar sobre o tema, reiterando o caráter inaceitável das ações dos EUA, porém, destacou que há alternativas para os fortes laços entre os países, desde que a cooperação e a não espionagem estejam como pilares da parceria, e haja base para a confiança mútua. A chanceler alemã afirmou que não há como garantir mudanças na política de vigilância estadunidense, mas espera mudanças concretas, enquanto as negociações nos campos político e comercial seguem como interesse alemão, visto o benefício que geraria ao país^{XXII}.

O Canadá também teve de prestar esclarecimentos no âmbito interno; John Foster, diretor do Centro de Segurança das Comunicações (CSE), Michael Coulombe, do Serviço de

Inteligência e Segurança, e o assessor de segurança nacional do primeiro-ministro, e Stephen Harper, tiveram de explicar ao Senado de seu país as denúncias de espionagem em aeroportos canadenses e a cumplicidade de suas agências com suas homólogas estadunidenses, com destaque à NSA, em ações de invasão da internet no país e no exterior. A convocatória ocorreu após reportagem que revelou que o CSE realizava busca de informações sobre passageiros que passaram pelos aeroportos do país, que caso se conectassem ao Wi-fi, eram monitorados por dias. A reportagem afirmava ainda, que o CSE havia firmado cooperação com a NSA nestes termos; o centro se defendeu afirmando que estava legalmente autorizado a coletar e analisar metadados com fim de proteger o país de ataques ou ameaças externas. O CSE afirmou ainda que não monitorou ou utilizou informações privadas de canadenses ou estrangeiros, uma vez que as operações possuem medidas de proteção às informações privadas de canadenses, e eram identificados apenas os dispositivos e os números de ligações recebidas e realizadas^{XXIII}.

Como ação política, após acusação dos EUA de que cinco militares chineses teriam invadido bancos de dados de empresa norte-americanas em busca de segredos comerciais, o governo chinês defendeu-se através do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Hong Lei, que afirmou que o país não realizou as atividades mencionadas. Ademais, a China apresentou relatório produzido pela *China Internet Media Research Center* – instituição supervisionada pelo escritório de informações do Conselho Estatal, que é a assessoria de imprensa do governo –, o qual indica que o país seria um dos principais alvos de espionagem dos EUA, e acusou o país americano de aproveitar de sua hegemonia política, militar e tecnológica para monitorar inescrupulosamente outros países, desrespeitando a integridade moral, leis internacionais e os direitos humanos. O país do Oriente conclamou o mundo a condenar as ações americanas^{XXIV}. Dessa forma, o G-77 mais a China também exigiram o fim da espionagem dos EUA, as quais classificaram de arbitrárias e ilegais^{XXV}.

A Turquia também cobrou explicações dos EUA. O Ministério das Relações Exteriores turco convocou o principal diplomata estadunidense no país para esclarecer as denúncias de atos de espionagem por parte de EUA e Reino Unido, mesmo o presidente Recep Erdogan, segundo agências de notícias turcas, tendo minimizado as denúncias ao afirmar que todos os países espionam os demais^{XXVI}.

O ex-consultor da NSA, Edward Snowden acabou por receber asilo temporário por um ano na Rússia, no dia 1º de agosto de 2013^{XXVII}, o qual foi renovado por mais três anos (Rússia..., 2014). Informações recentes indicam que o americano tenta voltar aos EUA, contando com o apoio de advogados alemães, estadunidenses e do russo, Anatoly Kucherena, o qual afirmou que seu cliente deseja voltar ao país de origem, desde que tenha garantias de um julgamento justo^{XXVIII}.

Legitimidade interna - EUA

O programa de vigilância dos EUA não possui total apoio no âmbito interno, pelo contrário, divide opiniões no país, uma vez que lida diretamente com a privacidade e liberdade dos norte-americanos. Existem inúmeros projetos de lei no Congresso Americano e pedidos de revisão à Casa Branca, que visam interromper a vigilância interna de informações eletrônicas. Se acatada, tal medida modificaria a autorização contida no artigo 215 do Patriot Act, que autoriza a coleta de informações eletrônicas em massa. Um dos projetos, é o USA Freedom Act, idealizado em 2001, pelo deputado republicano, Jim Sensenbrenner, juntamente com o democrata Patrick Leahy, então presidente do Comitê Judiciário do Senado. As modificações obrigariam o governo a obter permissão judicial para buscar registro de chamadas, tendo de demonstrar que o caso envolve suspeita de terrorismo, o que inviabilizaria a coleta de dados em massa; da mesma maneira, também seria necessária autorização judicial para buscas em registros de chamadas e em e-mails de nacionais

coletados no exterior como parte do monitoramento de estrangeiros. Assim, o Freedom Act inviabilizaria, ao menos juridicamente, a coleta de dados em massa, atribuindo maior controle ao tribunal secreto sobre as atividades. O apoio às medidas partem não somente de congressistas, mas também de grandes empresas, as mesmas que contribuíram com as investigações estadunidenses: AOL, Apple, Facebook, Google, Microsoft, além da Mozilla^{XXIX}.

A senadora democrata e então presidente do Comitê de Inteligência do Senado, Dianne Feinstein, também apresenta um projeto neste sentido. As propostas limitam o número de pessoas que têm acesso à base de dados, o número de resultados obtidos por busca, e exige um relatório anual sobre frequência de consultas à base de dados e os resultados. As informações seriam mantidas por até cinco anos, mas após três anos, já seria necessária autorização do Ministério da Justiça para consultá-las. Por outro lado, o projeto recebe inúmeras críticas de entidades civis, como a American Civil Liberties Union (Aclu) e a Electronic Frontier Foundation (EFF), que consideram as mudanças como um selo de aprovação do Congresso aos procedimentos da NSA, significando na verdade uma extensão das atividades de monitoramento em massa^{XXX}.

A postura brasileira

Pouco antes das revelações de Edward Snowden, o vice-presidente brasileiro, Michel Temer, junto aos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e de Minas e Energia, Edson Lobão, receberam o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, que esteve anteriormente com a presidente Dilma para convidá-la formalmente para a visita oficial aos EUA. As pautas em discussão eram cooperação energética, exploração de xisto, petróleo, energias renováveis, conflito Sírio e questão Israel-Palestina. Temer reafirmou a convergência entre os países e declarou que o Brasil manifestou o desiderato por uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Patriota, por sua vez, afirmou que a parceria estratégica entre os países estava se aprofundando no comércio, defesa, inovação e educação, defendendo ainda que tais parcerias seriam o cerne de um novo capítulo das relações Brasil-EUA^{XXXI}.

No entanto, o panorama político sofreu uma reviravolta com as revelações do ex-consultor da NSA, Edward Snowden, que teve ainda como evento secundário (como consequência, não pela importância) o bloqueio ao voo de Evo Morales, que permaneceu durante 14 horas, em Viena, à espera de autorização para sobrevoar o espaço aéreo europeu. Morales afirmou que o incidente foi orquestrado pelos EUA e que alguns países da Europa teriam de se libertar do império americano. Na ocasião, Espanha, França, Itália e Portugal impediram a passagem do avião de Evo, que voltava da Rússia. Segundo o governo da Bolívia, o incidente ocorreu por desconfiarem que o avião transportava Edward Snowden. O presidente boliviano afirmou que não aceitaria apenas pedidos de desculpas^{XXXII}, que analisará o fechamento da embaixada americana em La Paz, e que concederá asilo a Edward Snowden se for solicitado; Daniel Ortega, da Nicarágua, e Nicolás Maduro, da Venezuela também ofereceram asilo ao ex-funcionário da NSA^{XXXIII}. O presidente boliviano voltou a pronunciar-se para acusar os EUA de invadirem e-mails de funcionários de alto escalão do governo com vistas a obter informações sobre a Cúpula do Mercosul, em Montevidéu^{XXXIV}.

A presidente Rousseff afirmou que o incidente com Morales afeta toda a América Latina, e o classificou como inaceitável; Patriota enquadrou a atitude dos países europeus como arrogante^{XXXV}. Posteriormente, Snowden enviou pedido de asilo ao Brasil e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil confirmou o recebimento. O porta-voz do Itamaraty, Tovar Nunes, por sua vez, afirmou que o país não considerará o mérito do pedido e

não reagirá à carta, uma vez que o cidadão não se encontrava em uma embaixada brasileira^{XXXVI} e Patriota confirmou que o Brasil não iria conceder o asilo^{XXXVII}. Posteriormente, o MRE afirmou que Snowden não apresentou um pedido oficial de asilo e que caso o receba, este será analisado pelas vias legais, cabendo à presidente a decisão. Rousseff reiterou que nenhum documento foi oficialmente enviado, impossibilitando que ela se manifestasse, e que Snowden não teria deixado suas intenções claras^{XXXVIII}.

O então embaixador brasileiro na ONU, Luís Alberto Figueiredo, durante debate do CS, cobrou maior atenção à privacidade de jornalistas, visto que a vigilância arbitrária pode coloca-los em risco^{XXXIX}. Seguindo a mesma diretriz como embaixador na ONU, Patriota afirmou que Brasil e Alemanha estariam trabalhando para liderar a discussão no organismo, assim como diplomatas brasileiros estariam se reunindo com representantes de países europeus e latino-americanos para formular conjuntamente projeto de resolução sobre privacidade digital^{XL}.

Patriota esteve em Nova Iorque para buscar esclarecimentos sobre a vigilância americana e declarou que o Brasil ainda estaria insatisfeito com as justificativas de Washington, e que as ações feriam direitos individuais e internacionais, e devem ser esclarecidas^{XLI}. O país reuniu um grupo técnico com ministros da Justiça, Defesa, Itamaraty, Gabinete de Segurança Institucional e Ciência e Tecnologia a fim de elaborar uma lista de perguntas para o governo Obama^{XLII}, que será seguido por um grupo político, visando que o incidente seja resolvido antes da visita de Rousseff a Washington^{XLIII}. O Brasil enviou missão a Washington composta por membros do Gabinete de Segurança Institucional da República (GSI) e do Ministério das Comunicações^{XLIV}. O então ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, pediu à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e à Polícia Federal (PF) que investiguem o caso de espionagem e verifiquem se houve apoio de empresas que atuam no Brasil. A então ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirmou que está claro que a soberania do país e a privacidade do cidadão brasileiro estão em xeque. Por sua vez, o então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Ricardo Ferraço, afirmou que convidaria o embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, assim como o correspondente do The Guardian no Rio de Janeiro, Gleen Greenwald, para audiência pública^{XLV}. O país também demandou uma reunião extraordinária do Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), através do diretor executivo brasileiro, Paulo Nogueira Batista, pedindo explicações para os informes de que a espionagem estadunidense tenha tido como alvo a instituição financeira^{XLVI}.

O MRE pediu esclarecimentos ao embaixador dos EUA no Brasil, Thomas Shannon, assim como instruiu a embaixada brasileira em Washington para questionar o governo estadunidense. Shannon reuniu-se com o ministro das comunicações do Brasil, Paulo Bernardo, para prestar esclarecimentos sobre as acusações de espionagem por parte dos EUA no Brasil. De acordo com o ministro, Thomas informou que os EUA apenas vigia metadados de internet e telefonia referentes a quantidade, tempo de ligação, locais de origem e destino, sem se referir ao conteúdo, e que os EUA estão comprometidos a responder formalmente a todos os questionamentos do Brasil^{XLVII}.

Dilma Rousseff manifestou descontentamento com as ações em mais de uma oportunidade, reafirmando o direito à privacidade nas comunicações e argumentando que o combate ao terrorismo não é justificativa para a violação de direitos de qualquer cidadão de qualquer Estado^{XLVIII}. A presidente se encontrou com o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, no qual pediu explicações sobre os atos de espionagem, assim como instou que a Casa Branca garanta a proteção dos dados brasileiros; Patriota também esteve com Kerry e solicitou o fim da vigilância sobre as comunicações brasileiras^{XLIX}. A subsequente reação da política externa brasileira foi o adiamento – acertado entre a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e Obama – por período indeterminado da visita de Estado aos EUA^L.

Posteriormente, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, abordou com ênfase a temática da espionagem durante a abertura da 68ª Assembleia Geral da ONU, exigindo primeiramente um pedido de desculpas dos EUA, seguidas de explicações e garantias de que as ações não continuariam^{LI}.

Assim como a chanceler alemã, Ângela Merkel, Rousseff anunciou medidas visando isolar a internet brasileira, criar redes de fibra ótica entre América Latina e Europa – para evitar a dependência da infraestrutura americana –, e serviços de e-mails próprios. Porém, conforme defendem especialistas do setor, tais medidas não privariam o Brasil de sofrer espionagem^{LII}. Ademais, a presidente brasileira utilizou sua conta no Twitter para relatar que recebeu um livro do jornalista James Bamford intitulado “*The shadow factory: the ultra-secret NSA from 9/11 to the Eavesdropping on America*”, o qual demonstraria que o agora revelado ocorre há mais tempo com cidadãos brasileiros, incluindo a própria presidente, companhias e ministérios, aumentando-se a capacidade tecnológica para espionar descontroladamente; Rousseff reiterou o pedido por explicações e mudanças de procedimento, lembrou ter denunciado as ações em AG da ONU como violação aos Direitos Humanos e à soberania do país, e informou que enviou ao Congresso nova proposta do Marco Civil da Internet, o qual visa ampliar a proteção à privacidade dos brasileiros e tem como objetivo encaminhar uma proposta de marco à ONU após a aprovação do projeto em âmbito nacional.

Após o anúncio de Obama sobre mudanças nos padrões de vigilância dos serviços de inteligência norte-americanos, o porta-voz da Presidência da República, Thomas Traumann, afirmou que o discurso é um primeiro passo e que o Brasil acompanhará atentamente seus desdobramentos práticos^{LIII}. Subsequentemente, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Fernando Figueiredo manteve reunião com a chefe do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Susan Rice, na qual afirmou que as explicações serão analisadas pelo governo brasileiro, cabendo à presidente Dilma determinar os próximos passos, destacando que o encontro não significou grandes avanços no tema^{LIV}. Figueiredo também manteve reunião com seu homólogo do Reino Unido, William Hague, na qual condenou as ações de espionagem e convidou o Reino Unido para participar em reunião sobre governança na Internet^{LV}.

A agenda comercial entre os países, no entanto, seguiu seu curso com reunião entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega e o Secretário do Tesouro dos EUA, Jacob J. Lew, na qual discutiram uma agenda de reaproximação e ampliação do comércio, visto a existência de interesses comuns e a importância da relação entre os países^{LVI}. Rousseff expressou na metade de 2014, em entrevista ao New York Times, que está segura de que Brasil e Estados Unidos podem retomar suas relações de onde as interromperam e que a visita de Estado aos EUA pode ser remarcada^{LVII}. Nesse interim, a presidente manteve a agenda em torno à espionagem, reunindo-se com Merkel para reafirmar a cooperação no projeto de resolução da ONU^{LVIII}, e na sequência encontrou-se com Joe Biden, ocasião na qual o vice-presidente dos EUA ressaltou que mudanças estariam sendo levadas adiante, e afirmou que Obama teria ordenado uma revisão dos programas de monitoramento^{LIX}.

Ações multilaterais e de cooperação

O Brasil soube articular sua agenda internacional com o tema. Durante a 6ª Cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a declaração conjunta resultante além de citar o compromisso com o multilateralismo, ressaltou a importância da ONU, abordou as questões palestina e ucraniana e também criticou a coleta de dados e a vigilância eletrônica em massa^{LX}. Outra proposta que também surgiu, e está sendo implementada é a construção prevista para iniciar em 2015 do Brics Cable, uma rede submarina de aproximadamente 34

mil quilômetros de fibra óptica, interligando os países do bloco, da África e os EUA. O projeto, que precede às revelações de espionagem, tem o objetivo de promover alternativas às redes de comunicação existentes^{LXI}.

No âmbito multilateral, Brasil e Alemanha, com o apoio de outros 64 países, apresentaram conjuntamente o projeto de resolução “O direito à privacidade na era digital” na 3ª Comissão da Assembleia Geral (AG) da ONU, que trata de ações estatais extraterritoriais que visam coletar dados, monitorar e interceptar comunicações. O documento manifesta preocupação com abusos da vigilância e afirma que coleta de dados pessoais e a interceptação violam a privacidade e a liberdade de expressão, sendo uma obrigação dos Estados assegurar a plena vigência do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, e demanda ainda que os procedimentos de vigilância sejam revistos^{LXII}. O texto afirma ainda que o mundo digital deve ser livre de ingerências arbitrárias e ilegais na vida privada, pede que seja respeitado o direito à privacidade, consagrado em outros acordos internacionais, e recomenda o acompanhamento da temática pela ONU. O projeto foi votado no comitê e aprovado por 193 países, e defende que as pessoas devem ter no ambiente digital os mesmos direitos que possuem fora dele. O ministro de Relações Exteriores do Brasil na ocasião, Antonio Patriota, afirmou que pediria à União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da ONU especializada em tecnologia da informação e comunicação, o estabelecimento de novas regras que garantam a privacidade dos usuários na internet^{LXIII}. O texto passou por reformulações e foi novamente aprovado pela 3ª Comissão da ONU em novembro de 2014; o documento possui novos pontos, como a inclusão de metadados para reforçar a segurança das informações pessoais online, reitera o direito à privacidade e insta ao Conselho de Direitos Humanos a estabelecer um mandato para examinar a temática, e propor princípios e normas à comunidade internacional^{LXIV}.

A ONU também aprovou resolução apresentada pelo Brasil que cria cargo para monitorar e controlar ações de governos e serviços de inteligência em escutas telefônicas e espionagem em massa consideradas ilegais. O texto final, porém, precisou passar por reformulações para que fosse aprovado, devido a pressões dos EUA, para que o mandato não se restringisse à privacidade na rede, mas de toda a privacidade, com intuito claro de enfraquecer o escopo da proposta^{LXV}. O relator percorrerá o mundo analisando serviços de inteligência com vistas a examinar violações do direito à privacidade, podendo inclusive acusar os governos. A embaixadora brasileira, Regina Dunlop, insistiu que será dada atenção especial aos temas digitais e pediu aos países que fortaleçam leis nacionais e criminalizem grupos para conter o terrorismo^{LXVI}.

Outra iniciativa em negociação com a UE, é a impulsão do projeto de um cabo submarino de fibra óptica ligando Lisboa e Fortaleza, com o objetivo de driblar as operações de espionagem dos Estados Unidos, visto que o atual cabo que conecta a América do Sul ao mundo é operado pela espanhola Telefônica, passando antes por Miami. A proposta tem gasto estimado em 200 milhões de dólares para um cabeamento de 6 mil quilômetros e adquiriu fôlego após as revelações de atos de espionagem contra Rousseff e Merkel, o que justificaria^{LXVII}.

Rousseff e Merkel acertaram também reunião bilateral, como sequência da agenda bilateral estabelecida entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, e seu homólogo alemão, Frank-Walter Steinmeier para os dias 19 e 20 de agosto de 2015, para discutir a crise internacional e as próximas medidas em relação à espionagem dos EUA^{LXVIII}.

O Brasil demonstra assim que o país encontra-se vulnerável a ataques cibernéticos e defende que a atual governança da internet não reflete o interesse das nações. Para a primeira constatação, o Executivo visou difundir o debate em segurança e defesa cibernéticas através de encontros e estudos na área. Para a segunda, é marcante o discurso de Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU em que anunciou que o Brasil apresentaria uma proposta de

framework multilateral civil para a governança da Internet, visando a segurança dos dados dos usuários, resultando no Marco Civil da Internet a nível regional, seguido pela aprovação de resolução em AG da ONU denominada “O direito à privacidade na era digital”. Cabe, como sequência deste trabalho, analisar detalhadamente o documento e acompanhar suas resoluções.

A espionagem brasileira

Em meio à agenda criada pelo Brasil, vazamento de informações da ABIN revelaram atos de espionagem brasileira sobre diplomatas russos, iranianos e iraquianos, assim como de salas alugadas pela embaixada dos EUA, em Brasília, por suspeitas de serem usadas como centros de espionagem entre 2003 e 2004.

A revista Carta Capital revelou a suposta existência de seis centros norte-americanos de operação e análise de inteligência, localizados em Brasília. As instalações em salas comerciais e casas alugadas pela Embaixada dos EUA contariam com sistema de antenas de radiocomunicação e telefonia exclusivas capazes de cobrir o Plano Piloto da cidade. O sistema teria homologação da ANATEL que data de 1997, com validade até 2019. A matéria destacou que a ABIN teria conhecimento do caso, embora não haja como afirmar que o fato foi reportado à presidente Dilma Rousseff, uma vez que toda informação, é encaminhada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), dirigido pelo Exército, onde é filtrada, e somente depois seria passada à presidente^{LXIX}.

Rousseff, porém, afirmou que o Brasil não cometeu qualquer ilegalidade, pois seguiram a legislação brasileira; o ministro da Justiça do Brasil, José Eduardo Cardozo, afirmou que o monitoramento se enquadrava em atos de contraespionagem sem violação aos direitos dos diplomatas^{LXX}.

MERCOSUL e UNASUL

As discussões e ações em âmbito de Mercosul e Unasul não foram extensas. Em reunião de Cúpula do Mercosul foi discutido o impedimento de aterrissagem e sobrevoos do avião de Evo Morales por Espanha, França, Itália e Portugal, devido à suspeita de transporte de Edward Snowden em sua viagem de retorno da Rússia^{LXXI}. O Mercosul emitiu declaração conjunta dos países-membros exigindo explicações e pedido público de desculpas a Morales, assim como decidiu convocar seus embaixadores nos países envolvidos^{LXXII}. A Unasul convocou uma reunião de emergência e também manifestou indignação e rechaço ao incidente injustificável e inamistoso, que além disso, teria colocado em risco a segurança de Morales e sua comitiva; o secretário-geral do bloco, Alí Rodríguez classificou a atitude dos europeus como perigosa^{LXXIII}. Na reunião subsequente, o bloco exigiu um pedido de desculpas formal dos países europeus e afirmou que o incidente violou os tratados internacionais que regem a convivência pacífica, a solidariedade e a cooperação entre os Estados^{LXXIV}.

Respeito à espionagem dos EUA, chanceleres dos países do Mercosul reuniram-se com o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e apresentaram uma declaração de repúdio às ações estadunidenses. Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, afirmou que o secretário manifestou solidariedade à atitude do bloco, que ainda segundo o ministro, foi uma ação coordenada entre Mercosul e Unasul^{LXXV}. Anteriormente, em reunião para discussão do incidente com Morales, o Mercosul havia reafirmado a necessidade de garantir o direito de asilo e do trânsito em segurança de qualquer beneficiado (INFORME BRASIL, n. 401, 2013).

Consequências ao Programa FX-2

O Programa FX-2 refere-se ao projeto da Força Aérea Brasileira (FAB), para substituir os aviões de caça Mirage 2000, retirados oficialmente de operação no final de 2013. Concorreram no programa as propostas da estadunidense Boeing, com o F/A18 E/F Super Hornet, a francesa Dassault com o Rafale F3, e a sueca Saab com o Gripen NG.

A inclinação inicial do então ministro da Defesa, Nelson Jobim, durante o governo Lula, era pela aquisição do Rafale. Reuniões entre empresários, ministros e entre Lula e o presidente francês na época, Nicolas Sarkozy, apontavam para a escolha do modelo da Dassault. O adiamento da decisão final fez com que Lula declara-se que não poderia concluir a compra no fim de seu mandato, uma vez que isso significaria assumir um compromisso possivelmente superior a dez bilhões de reais em nome do próximo presidente.

Sucedido por Dilma, esta exigiu de pronto mais informações técnicas tanto à FAB como ao ministro Jobim. Talvez o ponto de inflexão tenha sido o corte realizado pela presidente em 4,3 bilhões de reais do montante destinado ao Ministério da Defesa, seguido pelo pedido de demissão de Jobim, que foi substituído pelo ex-ministro das Relações Exteriores durante o governo Lula, Celso Amorim^{LXXVI}.

As especulações da mídia impressa brasileira eram de que por sua visão mais tecnicista, Rousseff escolheria o F-18 da Boeing, e no caso de adotar uma postura política preferiria o Rafale. O Gripen NG não era considerado sequer uma opção para os diários, diferentemente da FAB, que apontava o caça sueco como a melhor escolha. A eleição do socialista francês, François Hollande, para presidente poderia indicar uma possível negociação final com a Dassault. Corroborava esta suposição o escândalo de espionagem estadunidense, que com a revelação de que a própria Rousseff teve seus contatos monitorados, a opção pelo F18 teria ficado mais distante^{LXXVII}. O assessor especial para assuntos internacionais da presidência da República, Marco Aurélio Garcia, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, reforçou que o Brasil deve adquirir equipamentos de países que garantam o uso soberano dos mesmos e afirmou que as revelações de Snowden criaram uma sombra na relação entre Brasil e EUA, indicando uma fragilização da proposta da Boeing^{LXXVIII}. Assim, o escândalo da espionagem estadunidense é tido como relevante para que os EUA, com os aviões caça F-18, não vencessem a concorrência no projeto FX-2^{LXXIX}, após o abalo da confiança entre os países.

Neste sentido, frente à remota possibilidade da escolha do F18, a França intensificou esforços na negociação e garantiu a transferência integral de tecnologia – proposta também pela Saab, e pela Boeing, essa última não de forma irrestrita – destacando benefícios nas áreas de energias alternativas e biocombustíveis. A Dassault anunciou também a incorporação dos radares AESA (já presentes nos projetos de Boeing e Saab), compatíveis com a nova geração de mísseis, como o Meteor, de alcance de 110 quilômetros.

Por fim, a FAB anunciou a Saab como vencedora da licitação em dezembro de 2013, e assinou com a empresa a compra de 36 aviões de caça Gripen NG, 28 monoplace e 8 biplace, em outubro de 2014. O contrato envolve também o treinamento de pilotos e mecânicos brasileiros na Suécia, apoio logístico e de transferência de tecnologia para indústrias brasileiras, com investimento de aproximadamente 13 bilhões de reais. Mesmo não estando previsto para o orçamento de 2014 o acordo foi possível, uma vez que o primeiro pagamento ocorrerá com as primeiras entregas dos caças, enquanto uma instituição sueca de apoio aos exportadores está a cargo do financiamento inicial^{LXXX}.

O presidente da SAAB, Hakan Buskhe, assegurou que transferirá tecnologia para que o Brasil projete e construa caças, o que estará a cargo da Embraer em parceria com a AEL, Akaer, Atech e Sbita. Com o acordo, o Brasil será responsável pelo desenvolvimento da

versão para dois pilotos. A escolha do avião seguiu parâmetros técnicos, operacionais, logísticos, de custos finais e de manutenção, de transferência de tecnologia e geração de empregos, com relatórios de cerca de 33 mil páginas com pareceres de pilotos, engenheiros, e demais especialidades. Os caças adquiridos atuarão em operações de defesa e policiamento aéreo, reconhecimento e ataque, e tem previsão de entrega entre 2019 e 2024. Durante este período, a pretensão da FAB é utilizar a versão C/D do Gripen, menos avançadas que a versão NG, porém, que já superam os F-5EM atualmente em uso. A FAB negocia os termos da cessão das aeronaves para Força Aérea da Suécia^{LXXXI}.

O presidente da divisão aeronáutica da SAAB, Lennar Sindahl, afirmou que a expectativa é de que o Brasil seja parte de uma cadeia mundial de produção da Saab. Sindahl reconhece que se pode estar formando um concorrente, porém, em sua visão isso ocorreria com ou sem a participação da Saab. Até o presente momento, a empresa investiu 150 milhões de reais na construção de uma fábrica em São José dos Campos, São Paulo, para as linhas de produção e montagem do caça que contará com participação nacional de cerca de 40% no desenvolvimento do projeto e de 80% na fabricação de sua estrutura^{LXXXII}.

Conforme descrito, a escolha do caça teve como parâmetros o custo do investimento, de manutenção, condições de transferência de tecnologia (requisito fundamental), aspectos técnicos, geração de empregos e também aspectos políticos. Pode-se afirmar que o descarte do F-18 ocorre após as denúncias de Snowden de espionagem dos EUA, as quais se somaram à transferência restrita de tecnologia, custos de aquisição e manutenção. A afirmação de Marco Aurélio Garcia de que o Brasil deve adquirir material de defesa daqueles países que assegurem seu uso soberano e de que se criou uma sombra na relação Brasil-EUA indica um aumento da insegurança quanto aos acordos estabelecidos entre os países. Mesmo com a balança política favorável à França, com a eleição de Hollande, Rousseff preferiu o caça sueco em virtude de aspectos técnicos, sendo o mais recomendado pela FAB, menor custo, adequação à doutrina não ofensiva do Brasil, transferência de tecnologia, participação nacional e geração de empregos, com a construção de uma fábrica no Brasil e obrigatoriedade de aplicação de 80% de materiais nacionais na estrutura dos caças.

O acordo é visto ainda como uma grande oportunidade econômica ao Brasil e de impulso à indústria de defesa na América do Sul. A Argentina já consiste uma possível compradora de vinte e quatro aeronaves Gripen NG. O ministro da Defesa do Brasil, Jaques Wagner e seu homólogo argentino, Agustín Rossi, durante encontro bilateral, assinaram o documento “Declaração pela democracia e a paz”, no qual consta o início das negociações. Rossi também demonstrou interesses na aquisição de seis aviões cargueiro KC-390, cuja porta da rampa de carga é fabricada em Córdoba, na Argentina^{LXXXIII}.

Marco Civil da Internet

Em debate desde 2009, a consolidação do Marco Civil da Internet, e a construção de uma agenda de Política Externa em torno à sua implementação, também contaram com o alento do escândalo de espionagem dos EUA. Para compreender o raciocínio do marco, devemos considerar que o ciberespaço é tão povoado quanto o físico, em que temos socialização, comércio, desacordos, delitos e antigos crimes com uma nova forma, os quais tornam necessário regular esse espaço com vistas a mais do que tipificar crimes – diferente da Emenda/Substitutivo do Senado (SEM) 89/2003 e do Projeto de Lei 2.793/2011 – garantir os direitos e deveres constitucionais do cidadão ao utilizar a internet^{LXXXIV}.

O pontapé inicial para a elaboração do Marco foi dado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), entidade civil sem fins lucrativos composta por membros do governo, sociedade civil, acadêmicos e terceiro setor. Consultas e audiências públicas nas quatro

regiões do Brasil (o Norte não participou) de outubro de 2009 a maio de 2010 deram origem ao Projeto de Lei 21626/11, conhecido como “Marco Civil da Internet”, realizado junto ao Executivo e com extensa consulta à sociedade civil pela Internet, chegando ao Congresso Nacional em 2011.

O escândalo de espionagem em 2013 deu ânimos ao governo em seguir adiante com mais dedicação ao projeto e em disseminar sua concepção globalmente. Rousseff indicou em seu discurso na AG da ONU, que o Brasil apresentaria um marco civil multilateral da Internet para governança e uso^{LXXXV}, e assim o fez. A presidente assinalou a necessidade em construir mecanismos multilaterais de garantia da liberdade de expressão, privacidade, respeito aos direitos humanos, governança democrática, multilateral, aberta, transparente e neutra, sem restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza. Outra reação brasileira foi a tentativa de estabelecer a obrigatoriedade de uso de data centers nacionais, o que obrigaria empresas, como o Google, a armazenar todo o banco de dados no Brasil. Mesmo no caso de empresas estrangeiras com somente uma filial no país o armazenamento em território brasileiro seria obrigatório, com vistas a dificultar o acesso estrangeiro às informações^{LXXXVI}. Na prática, é sabido que apenas a possibilidade de acessar os data centers pela internet já abrem janelas para o acesso indiscriminado das informações, independentemente de sua localização física; somam-se a isso a possibilidade dos próprios softwares utilizados nestes sistemas vazarem informação e o inconveniente de excluir o país dos serviços web de classe global, o qual o país não apresenta condições de prover.

A proposta brasileira de regulamentação da Internet é baseada em uma gerência multistakeholder, e o modelo brasileiro é considerado pelo Fórum de Governança da Internet da ONU como um dos melhores para ser replicado mundialmente. A internet é assim regulamentada pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.Br), baseado na neutralidade da rede em que as distintas informações são tratadas da mesma forma e com a mesma velocidade. O organismo é composto por doze representantes eleitos da sociedade civil e nove do governo^{LXXXVII}.

A presidente Dilma Rousseff sancionou o Marco Civil da Internet após aprovação pelo Senado e pela Câmara dos deputados, estabelecendo obrigações e direitos dos provedores de internet. A Lei 12.965 do dia 23 de abril de 2014, tem como origem o Projeto de Lei 21626/11 do deputado Alessandro Molon, do Partido dos Trabalhadores (PT). O documento final está dividido em cinco capítulos: o primeiro apresenta as diretrizes para interpretação e os objetivos do documento; o segundo capítulo estabelece os direitos dos usuários como exercício da cidadania; a terceira parte discorre sobre responsabilidade por danos derivados de ações na rede, solicitação de histórico de registros, privacidade e tráfego; a atuação do poder público, regra para sites públicos, desenvolvimento da Internet no Brasil, padronização das tecnologias e incentivos culturais estão contidos no quarto capítulo; as disposições finais, no quinto e último capítulo, garantem direitos de uso individual e coletivo da internet.

Entre outros parâmetros, o documento estabelece fundamentalmente: direito à privacidade; inviolabilidade e sigilo das comunicações, regulando monitoramento, filtro, análise e fiscalização de conteúdo para garantir o direito à privacidade; e a exclusão de dados da rede após um período não maior que seis meses, no qual estarão acessíveis apenas por meio de ordem judicial para investigação criminal e não sendo permitido o registro de conteúdo e páginas acessadas. Visando garantir a liberdade de expressão do usuário, o conteúdo publicado só pode ser retirado através de ordem judicial, com exceção em casos de racismo, pedofilia e violência.

No mesmo sentido, a Lei qualifica como ilegal a cooperação de empresas de internet com órgãos de informação estrangeiro, sendo passível de advertência, multa, suspensão, proibição definitiva das atividades, penalidades administrativas, cíveis e criminais. Ademais, a neutralidade da rede define que a rede é igual para todos sem diferenciação quanto ao uso,

ou seja, proíbe vendas de pacotes com redução de tarifa de acordo com o serviço utilizado (e-mail, redes sociais, portais de informação, enfim), pagando pelo volume e velocidade de acesso, que será regulamentada por decreto após consulta à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e ao Conselho Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)^{LXXXVIII}.

Neste sentido, Rousseff participou do Fórum Mundial da Internet, em que relembrou a espionagem realizada pelos EUA e defendeu o fortalecimento da liberdade de expressão, da proteção dos direitos humanos, da privacidade, e da garantia do ambiente aberto e democrático^{LXXXIX}.

O Marco civil da Internet brasileira pode vir a apresentar um importante significado global para a estrutura da rede, e significar uma influência direta neste setor com repercussões e imposição de obrigações a nível mundial. Rousseff deve apresentar uma agenda renovada para a promoção da temática em seu mandato 2015-2018, conforme indica em seu plano de governo para reeleição, ao destacar a importância da defesa das comunicações e da privacidade refletidas no Marco Civil da Internet, como garantias fundamentais à liberdade de expressão e aos Direitos Humanos^{XC}.

A abordagem dos meios de comunicação massiva

Todos os periódicos analisados^{XCI} por este trabalho veicularam artigos de opinião, entre junho de 2013 e março de 2015, sobre a espionagem realizada pelos EUA, e suas repercussões e consequências no Brasil e na América Latina. Para esta análise, utilizaram-se os informes mensais do Observatório de Política Exterior (OPEX), o qual apresenta e analisa os temas tratados e a linha editorial de periódicos impressos de circulação massiva.^{XCII}

O termo espionagem traz à mente como uma consequência direta a violação da soberania nacional; os periódicos brasileiros, que buscam manter uma imagem de *perro guardián* frente à sociedade, não poderiam deixar de concordar que as revelações dos atos de espionagem ao Brasil pelos EUA estremeceram as relações entre os países. Apenas a Veja não afirmou categoricamente que as revelações de Edward Snowden provocaram insatisfação com o tratamento dado ao Brasil pelos EUA, e que assim o deveria ser. O Globo defendeu que era necessário transmitir aos EUA que a prosperidade do país depende de um melhor tratamento à toda a América Latina, consequentemente ao Brasil, o qual deveria assumir uma posição de liderança para transmitir a mensagem e promover a conscientização em torno da temática^{XCIII}.

A diferença entre os periódicos brasileiros passa a se manifestar quando a defesa da soberania e integridade das informações de instituições e dos cidadãos brasileiros por parte do Estado ultrapassa a retórica e o sentimento de insatisfação, e entra na ação política e no sentimento de inconformidade do Brasil. Dos diários que explicitaram esta posição, destacam-se a Folha de S. Paulo, que considerou o manifesto de indignação insuficiente para resolver a questão, ao recomendar ao país que aproveite o episódio para defender os interesses brasileiros e iniciar retaliações contra os EUA em foros internacionais; e o Zero Hora, que argumentou que Rousseff deve cobrar explicações à Casa Branca e, da mesma forma, se empenhar em foros internacionais por uma ação conjunta^{XCIV}. Carta Capital e O Globo não escreveram literalmente “apoio à inconformidade brasileira”, mas o deixaram claro com constatações e recomendações ao Brasil. A Veja, por sua vez, não teceu comentários sobre a inconformidade com a vigilância estadunidense. O Estado de S. Paulo, por sua vez, concorda com a inconformidade, porém, afirma que a reação brasileira passa a ser exagerada^{XCV}.

As considerações sobre o adiamento da viagem da visita de Estado do Brasil aos EUA deixam mais claras as diferentes visões dos periódicos. Novamente, Carta Capital, O Globo e Veja não comentaram diretamente a questão. Correio Braziliense, Estado de S. Paulo e Zero

Hora não apoiaram a decisão (apresentada por Dilma e por Obama como conjunta) de adiamento da visita de Rousseff aos EUA; o Correio defendeu que o Brasil perdeu a oportunidade de garantir ganhos ao país, e que a medida soma-se à coleção de equívocos da Política Externa Brasileira; o diário também afirmou que o Brasil não deve ser ingênuo e pensar que os EUA abandonaram a espionagem, e que não há evidências de que a ONU possa frear tal prática, assim como de que os EUA sejam os únicos a praticá-la; O Estado de S. Paulo advogou que seguindo a reação exagerada, o cancelamento da viagem segue perspectivas ideológicas e o partidarismo. Ademais, o periódico criticou as declarações de Celso Amorim de que o Brasil deve preparar-se para o desafio da guerra cibernética; segundo o diário a iniciativa seria tardia e insuficiente, tendo mais apelo à reeleição do que aos interesses nacionais. A criação de uma doutrina de defesa cibernética sul-americana e de um órgão supranacional para discutir a questão decorreria, para o Estado de S. Paulo, em ferir a soberania nacional e seguir preceitos bolivarianos^{XCVI}; para o jornal Zero Hora a medida traz prejuízos econômicos e constrangimento político e diplomático ao Brasil em nome de uma bravata antiamericana anacrônica. A Folha de S. Paulo foi a única a apoiar abertamente o adiamento da viagem de Rousseff, classificando a medida como razoável e compreensível como resposta diplomática e pontual à insuficiência de explicações, não significando rompimento de relações, mas também não impedindo a continuidade da espionagem, e nessa perspectiva, seria inócuo aos EUA; considerando que o adiamento teria sido acertado entre os mandatários e não estando previstas temáticas importantes para o encontro, o adiamento da viagem, para a Folha, teria proporcionado a possibilidade de negociar uma futura agenda mais benéfica ao Brasil^{XCVII}.

Sobre o discurso de Rousseff na 68ª Assembleia Geral da ONU, as posições se mantiveram. O Estado de S. Paulo, O Globo e a Veja não publicaram editoriais tocantes ao discurso de Dilma; Os jornais Correio Braziliense e Zero Hora apresentaram críticas; o Correio considerou o discurso como dotado de cunho eleitoral, visto a inocuidade das críticas e das propostas de regulamentação, que não seria determinante para a vigilância dos EUA, e cuja imposição, de regras, seria impensável; o diário sugeriu ainda que uma alternativa mais eficaz seria o país focar em sua defesa cibernética^{XCVIII}. Por outro lado, o diário destacou, posteriormente, que o incidente estimulou uma nova perspectiva sobre a necessidade de um marco regulatório da internet, e que a temática ganhou relevância internacional após a inserção realizada por Rousseff em seu discurso^{XCIX}. O Zero Hora, por sua vez, defendeu o direito do Brasil em levar o tema à ONU, porém, considerou o discurso como desconectado da realidade, que, por conseguinte, pode ser visto pelos demais atores como marketing eleitoral e expressão de um nacionalismo anacrônico, mesmo tendo recomendado ao país a cobrança de explicações e o empenho multilateral após as denúncias de espionagem sobre a Petrobras^C. A Folha de S. Paulo foi o único diário a apoiar o discurso da presidente, que teria agido corretamente ao aproveitar a ocasião para criticar as ações dos EUA, mesmo considerando que alcançar o objetivo de um marco civil multilateral da internet seja pouco provável, posto que o Brasil não o tenha logrado internamente – até aquele momento^{CI}.

Após o discurso de Rousseff e das concertações com a Alemanha, os países apresentaram o projeto de resolução “O direito à privacidade na era digital” na 3ª Comissão da AG da ONU, pré-aprovado no final de 2013 e aprovado novamente após modificações em novembro de 2014. Dos periódicos analisados, apenas a Folha comentou a apresentação e aprovação do documento, ao considerar que mesmo este constituindo apenas uma recomendação de conduta, ao esclarecer que o direito à privacidade deve ser respeitado e protegido, a aprovação da resolução foi a primeira resposta relevante e com peso político às ações dos EUA, constituindo uma vitória de Rousseff^{CII}. Embora a Carta Capital tenha adiantado uma possível cooperação entre Brasil e Alemanha, ao recomendar que os países em desenvolvimento devem cooperar para a proteção dos dados, a revista não teceu comentários

subsequentes sob dita ação conjunta^{CIII}. A modificação da resolução e sua aprovação, em novembro de 2014, não foram objetos de comentários e/ou análises pelos periódicos analisados.

O pedido de asilo de Snowden ao Brasil não ganhou atenção dos periódicos em geral, apenas a Carta Capital comentou a temática. A revista considerou que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil teria desqualificado o pedido de Snowden ao interpretá-lo como moeda de troca por informações; o semanário advogou que teria sido mais honesto afirmar que o pedido estaria sendo analisado, independente do resultado, e que Rousseff deveria ser mais grata ao ex-agente da NSA por revelar a vulnerabilidade da comunicação da presidente; por fim, a Carta sugeriu um asilo conjunto através do Mercosul, o que constituiria uma inovação diplomática e de menores riscos^{CIV}.

Outros dois temas abordados pelos meios aqui analisados foram o Marco Civil da Internet e uma possível distensão das relações Brasil-EUA com a reeleição de Rousseff. Destoando dos posicionamentos anteriores, os jornais O Estado de S. Paulo e O Globo apoiaram a aprovação do projeto; O Estadão afirmou que o Brasil se destacou no evento NET Mundial, sediado pelo país, no qual estiveram presentes representantes dos governos, organizações e empresas, com o intuito de discutir governança da internet após as revelações de espionagem dos EUA. Por sua vez, O Globo destacou que com o Marco Civil da Internet, o país teria incorporando o conceito de neutralidade, não mais permitindo a cobrança de tarifas especiais por tipo de conteúdo acessado, por exemplo, o que seria importante para garantir a concorrência entre as empresas provedoras^{CV}.

Por fim, com rasas argumentações, quiçá devido ao mero interesse em defender o realinhamento da Política Externa Brasileira aos EUA, Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo e Veja defenderam uma possível distensão na relação bilateral. Para o Correio a presença do vice-presidente dos EUA, Joe Biden durante a posse de Rousseff para seu segundo mandato seria um sinal de maior aproximação; ademais, o jornal ressaltou a existência de interesses mútuos entre os países, como o desiderato do país norte-americano pela participação do Brasil nas negociações de reaproximação com Cuba, e o Brasil desejoso em abordar o mercado consumidor dos EUA para favorecer sua economia^{CVI}. O Estado de S. Paulo advogou que o Brasil retorne a ser pragmático em suas relações com os EUA, deixando a postura antiamericana e terceiro-mundista do Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que os EUA, apesar de não terem concedido o pedido de desculpas exigido, têm demonstrado a intenção de se reaproximarem, como demonstra a parabenização à Rousseff após se reeleger. A Revista Veja, por sua vez, ainda em 2013, defendeu que após a revelação de que os EUA não são o único país a espionar, a tensão bilateral teria se dissipado, como se a prática não fosse conhecida pelos Estados^{CVII}.

Dessa maneira, observa-se uma separação clara entre os diários a partir do momento em que o Brasil passa a apresentar uma agenda mais ativa e contestatória frente à governa global das comunicações, internet e ações de vigilância. Correio Braziliense, este em maior quantidade de editoriais, O Estado de S. Paulo, O Globo, Veja e Zero Hora preferiram criticar a postura brasileira; enquanto Carta Capital e Folha de S. Paulo em especial, demonstraram análises mais precisas das ações brasileiras, mesmo a revista apostando em um pioneirismo brasileiro e da América do Sul de certa forma exagerado, como ao sugerir um asilo conjunto a Snowden através do Mercosul.

Conclusão

O artigo visou apresentar uma visão holística das ações de espionagem americana e seus desdobramentos nas ações brasileiras. Considera-se que o ato de espionar já é de sabedoria e de prática dos Estados, assim que as reações ocorreram mais devido à atenção da

comunidade e da opinião pública internacional que ao ato propriamente dito, e neste sentido o Brasil soube instrumentalizar bem o evento para adotar medidas no âmbito interno, e também no plano internacional através da perspectiva multilateral da ONU, considerada pelo país como o órgão adequado para o debate e a resolução de temáticas globais.

Retomando a pergunta inicial se as reações da região sul-americana, em especial do Brasil, resultaram em mudanças na estrutura de poder regional e/ou global no que se refere ao tema segurança da rede e espionagem, podemos afirmar que os primeiros passos foram dados e consolidados, tanto no âmbito interno, através da regulamentação do Marco Civil da Internet, como através do projeto de resolução na ONU. Cabe analisar a fundo o documento final aprovado em AG da ONU, lembrando que este não apresenta caráter decisório como os documentos do Conselho de Segurança do órgão, e seguir seus desdobramentos, nos quais o Brasil provavelmente assumirá o protagonismo, ao menos durante o governo de Rousseff.

Notas

^I Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). guilhermeberdu@hotmail.com.

^{II} Cepik, Marco Aurélio Chaves. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 230 p.

^{III} Número que pode chegar a doze, conforme indicaria um pedido da secretária de Estados dos EUA na ocasião, Susan Rice.

^{IV} Gomide, Raphael; Souza, Leonardo. Espiões da era digital. *Época*. 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/bespioesb-da-era-digital.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

^V INFORME BRASIL, n. 403, 2013.

^{VI} O escândalo da espionagem dos EUA. *O Globo*. 28 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/o-escandalo-da-espionagem-dos-eua-10191175>>. Acesso em: 29 out. 2014.

^{VII} Twitter processa EUA pelo direito de não revelar dados de usuários. *O Estado de S. Paulo*. 8 out. 2014. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/twitter-processa-eua-pelo-direito-de-nao-revelar-dados-de-usuarios/>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

^{VIII} Eua ameaçaram multar Yahoo! Para obter informações de internautas. *O Estado de S. Paulo*. 11 set. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-ameacaram-multar-yahoo-para-obter-informacoes-de-internautas,1558700>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

^{IX} Gemalto investigará invasão de sistema por espionagem dos Eua e do Reino Unido. *O Estado de S. Paulo*. 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,gemalto-investigara-invasao-de-sistema-por-espionagem-dos-eua-e-do-reino-unido,1637045>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

^X Análise espionagem embaraça governos dos EUA no mundo. *ANSA Brasil*. 26 dez. 2013. Disponível em: <<http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/mundo/noticias/2013/12/26/-Analise-7470254.html>>. Acesso em: 29 out. 2014.

^{XI} Idem.

^{XII} Soares, Joana Lacerda. A espionagem norte-americana no Brasil e a hegemonia dos Estados Unidos. *Boletim Mundorama*, Brasília, 12 out. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/10/12/a-espionagem-norte-americana-no-brasil-e-a-hegemonia-dos-estados-unidos-por-joana-soares/#comments>>. Acesso em: 28 out. 2014.

- ^{xiii} Governo põe estagiária em reunião de espionagem. *O Estado de S. Paulo*. 21 set. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,governo-poe-estagiaria-em-reuniao-de-espionagem-imp-,1077093>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xiv} O escândalo da espionagem dos EUA. *O Globo*. 28 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/o-escandalo-da-espionagem-dos-eua-10191175>>. Acesso em: 29 out. 2014.
- ^{xv} O documento apontaria como palavras-chave: políticos, espaço e nuclear
- ^{xvi} Marin, Denise Chrispim. Também alvo de espionagem americana, Índia não altera postura com os EUA. *O Estado de S. Paulo*. 24 set. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tambem-alvo-de-espionagem-americana-india-nao-altera-postura-com-os-eua,1078357>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xvii} Uchoa, Paulo. Um guia para o debate sobre os limites à espionagem dos EUA. *BBC Brasil*. 14 nov. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/11/131114_espionagem_nsa_pu_dg>. Acesso em: 29 out. 2014.
- ^{xviii} Obama promete parar de espionar “líderes próximos”. *Território Eldorado*. 17 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not320056.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2014.
- ^{xix} Trevisan, Claudia. Europeus vão aos EUA para pedir explicações sobre espionagem. *O Estado de S. Paulo*. 30 out. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral, europeus-vao-aos-eua-para-pedir-explicacoes-sobre-espionagem,1091516>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xx} França e Alemanha querem rede europeia de comunicação. *Blogs Estadão – Link*. 17 fev. 2014. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/franca-e-alemanha-querem-rede-europeia-de-comunicacao/>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{xxi} Breidthardt, Annika. Ministro da Alemanha diz que expulsão de chefe da CIA no país era inevitável. *Reuters*; HUDSON, Alexandra; BROWN, Stephen. *O Estado de S. Paulo*. 11 jul. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/europa,ministro-da-alemanha-diz-que-expulsao-de-chefe-da-cia-no-pais-era-inevitavel,1527131>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xxii} Merkel reitera que espionagem dos Eua é inaceitável. *O Estado de S. Paulo*. 12 jul. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,merkel-reitera-que-espionagem-dos-eua-e-inaceitavel,1527695>>.
- ^{xxiii} Serviço secreto canadense presta contas sobre espionagem contra o Brasil. *Inforel*. 5 fev. 2014. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=5686&tipo=1>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{xxiv} China acusa EUA de ciberespionagem. *O Estado de S. Paulo*. 27 maio 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,china-acusa-eua-de-ciberespionagem,1172178>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xxv} G-77 exige fim da espionagem dos EUA. *O Estado de S. Paulo*. 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,g-77-exige-fim-da-espionagem-dos-eua,1512616>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xxvi} Turquia cobra explicações dos EUA por espionagem. *O Estado de S. Paulo*. 1º set. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,turquia-cobra-explicacoes-dos-eua-por-espionagem,1553072>>. Acesso em: 5 abr. 2014.
- ^{xxvii} Snowden recebe asilo temporário da Rússia e deixa aeroporto em Moscou. *O Estado de S. Paulo*. 1º ago. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,snowden-recebe-asilo-temporario-da-russia-e-deixa-aeroporto-em-moscou,1059529>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

- ^{xxviii} Edward Snowden negocia volta para os EUA, diz advogado. *GI*. 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/edward-snowden-negocia-volta-para-os-estados-unidos-diz-advogado.html>>. Acesso em 18 abr. 2015.
- ^{xxix} Uchoa, Paulo. Um guia para o debate sobre os limites à espionagem dos EUA. *BBC Brasil*. 14 nov. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/11/131114_espionagem_nsa_pu_dg>. Acesso em: 29 out. 2014.
- ^{xxx} Idem.
- ^{xxxI} INFORME BRASIL, n. 395, 2013.
- ^{xxxII} De volta à Bolívia, Evo Morales acusa Estados Unidos de intimidação. *O Estado de S. Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,de-volta-a-bolivia-evo-morales-acusa-estados-unidos-de-intimidacao-imp-,1050311>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{xxxIII} Após retenção de avião presidencial, Evo promete asilo a Snowden. *O Estado de S. Paulo*. 06 jul. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,apos-retencao-de-aviao-presidencial-evo-promete-asilo-a-snowden,1050826>>. Acesso em 6 abr. 2015.
- ^{xxxIV} Evo Morales acusa EUA de invadir e-mails de bolivianos. *Território Eldorado*. 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not280198.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{xxxv} INFORME BRASIL, n.399, 2013.
- ^{xxxvi} INFORME BRASIL, 399, 2013.
- ^{xxxvii} INFORME BRASIL, n. 400, 2013.
- ^{xxxviii} INFORME BRASIL, n. 421, 201.
- ^{xxxix} INFORME BRASIL, n.401, 2013.
- ^{xl} INFORME BRASIL, n. 415, 2013.
- ^{xli} INFORME MENSAL BRASIL, 43, 2013.
- ^{xlii} Explicações americanas são “insuficientes”, diz Patriota. *O Estado de S. Paulo*. 16 jun. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,explicacoes-americanas-sao-insuficientes-diz-patriota-imp-,1053832>>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{xliiii} INFORME BRASIL, n. 402, 2013.
- ^{xliiv} INFORME MENSAL BRASIL, 43, 2013.
- ^{xlv} Espionagem leva Brasil e EU a construir cabo para driblar EUA. *Inforel*. 25 fev. 2014. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=5732&tipo=1>. Acesso em: 4 abr. 2014.
- ^{xlvi} Conselho do Fmi discute espionagem dos EUA. *Território Eldorado*. 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not307899.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{xlvii} INFORME BRASIL, n.400, 2013.
- ^{xlviii} INFORME BRASIL, n. 401, 2013.
- ^{xlix} INFORME BRASIL, n. 405, 2013.
- ^l INFORME BRASIL, n. 410, 2013.
- ^{li} INFORME BRASIL, n. 411, 2013.
- ^{lii} Gonzaga, Yuri. Reação do Brasil e de outros países à espionagem dos EUA pode fragmentar internet, diz estudo. *Folha de S. Paulo*. 12 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/03/1424540-reacao-do-brasil-e-de-outros-paises-a-espionagem-dos-eua-pode-fragmentar-internet-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 29/10/2014.

- ^{LIII} Palácio do Planalto se pronuncia sobre discurso de Obama. *Território Eldorado*. 19 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not320343.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{LIV} INFORME BRASIL, n. 423, 2014.
- ^{LV} INFORME BRASIL, n. 424, 2014.
- ^{LVI} INFORME BRASIL, n. 428, 2014.
- ^{LVII} INFORME BRASIL, n. 435, 2014.
- ^{LVIII} INFORME BRASIL, n. 437, 2014.
- ^{LIX} INFORME BRASIL, n. 437, 2014.
- ^{LX} INFORME BRASIL, n. 439, 2014.
- ^{LXI} Lopes, Gills. Brics Cable: levando a cabo uma resposta brasileira à espionagem internacional? *Boletim Mundorama*. Brasília, 28 set. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/09/28/brics-cable-levando-a-cabo-uma-resposta-brasileira-a-espionagem-internacional-por-gills-lopes/#comments>>. Acesso em: 30 out. 2014.
- ^{LXII} (INFORME BRASIL, n. 416, 2013).
- ^{LXIII} Uchoa, Paulo. Um guia para o debate sobre os limites à espionagem dos EUA. *BBC Brasil*. 14 nov. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/11/131114_espionagem_nsa_pu_dg>. Acesso em: 29 out. 2014.
- ^{LXIV} Campos, Ana Cristina. ONU adota resolução sobre direito à privacidade na era digital. *EBC*. 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/11/onu-adota-resolucao-sobre-direito-a-privacidade-na-era-digital>>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- ^{LXV} Onu aprova proposta do Brasil para monitorar direito à privacidade. *O Estado de S. Paulo*. 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-aprova-proposta-do-brasil-para-monitorar-direito-a-privacidade,1658398>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- ^{LXVI} (INFORME BRASIL, n.462, 2015).
- ^{LXVII} Espionagem leva Brasil e EU a construir cabo para driblar EUA. *Inforel*. 25 fev. 2014. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=5732&tipo=1>. Acesso em: 4 abr. 2014.
- ^{LXVIII} Brasil e Alemanha discutirão crise e espionagem norte-americana. *Inforel*. 11 mar. 2015. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=6075&tipo=1>. Acesso em: 4 abr. 2015.
- ^{LXIX} INFORME MENSAL BRASIL, 43, 2013.
- ^{LXX} INFORME BRASIL, n. 416, 2013.
- ^{LXXI} INFORME MENSAL BRASIL, 42, 2013.
- ^{LXXII} INFORME BRASIL, n. 401, 2013.
- ^{LXXIII} INFORME BRASIL, n. 399, 2013.
- ^{LXXIV} INFORME BRASIL, n. 400, 2013.
- ^{LXXV} INFORME BRASIL, n. 404, 2013.
- ^{LXXVI} Campos, Bruce Scheidl; Gomes, Giulia Botossi; Siqueira, Cristal de Moraes. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas: a abordagem da imprensa brasileira sobre o Programa FX-2. In: IV Congresso Internacional -XI Simposio de América Latina y el Caribe (Ceinladi). Buenos Aires.
- ^{LXXVII} Campos, Bruce Scheidl; Gomes, Giulia Botossi; Siqueira, Cristal de Moraes. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas: a abordagem da imprensa brasileira sobre o Programa FX-2. In: IV Congresso Internacional -XI Simposio de América Latina y el Caribe (Ceinladi). Buenos Aires.

^{LXXVIII} Marco Aurélio Garcia comentou sobre espionagem e o reequipamento das Forças Armadas. *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas*, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://observatoriodedefesa.blogspot.com.br/2013/10/marco-aurelio-garcia-comentou-sobre.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

^{LXXIX} Jesus, Samuel. A saída pelo meio: aspectos geopolíticos da escolha, pelo governo Dilma Rousseff, dos aviões caça suecos Gripen-Saab. *Boletim Mundorama*. Brasília, 5 jun. 2014. Disponível em: <<http://mundorama.net/2014/07/05/a-saida-pelo-meio-aspectos-geopoliticos-da-escolha-pelo-governo-dilma-rousseff-dos-avioes-caca-suecos-gripen-saab-por-samuel-de-jesus/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

^{LXXX} Campos, Bruce Scheidl; Gomes, Giulia Botossi; Siqueira, Cristal de Moraes. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas: a abordagem da imprensa brasileira sobre o Programa FX-2. In: IV Congresso Internacional -XI Simposio de América Latina y el Caribe (Ceinladi). Buenos Aires.

^{LXXXI} Ministério da defesa. *FAB assina contrato para aquisição de 36 caças Gripen NG*. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/14115-brasil-assina-contrato-para-aquisicao-de-36-cacas-gripen-ng>>. Acesso em: 30 out. 2014.

^{LXXXII} Campos, Bruce Scheidl; Gomes, Giulia Botossi; Siqueira, Cristal de Moraes. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas: a abordagem da imprensa brasileira sobre o Programa FX-2. In: IV Congresso Internacional -XI Simposio de América Latina y el Caribe (Ceinladi). Buenos Aires.

^{LXXXIII} Macedo, Danilo. Argentina demonstra interesse na compra de caças Gripen fabricados no Brasil. *EBC*. 7abr. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-04/argentina-demonstra-interesse-na-compra-de-cacas-gripen-fabricados-no>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

^{LXXXIV} Araújo, Aisla Neilia de. Análise do marco civil da internet. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3208, 13 abr. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21474>>. Acesso em: 30 out. 2014.

^{LXXXV} (INFORME MENSAL BRASIL, 45, 2013)

^{LXXXVI} Entenda as polêmicas do Marco Civil da Internet. *GI*. 26 mar. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140219_marco_civil_internet_mm>. Acesso em: 30 out. 2014.

^{LXXXVII} Lopes, Gills. Brics Cable: levando a cabo uma resposta brasileira à espionagem internacional? *Boletim Mundorama*. Brasília, 28 set. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/09/28/brics-cable-levando-a-cabo-uma-resposta-brasileira-a-espionagem-internacional-por-gills-lopes/#comments>>. Acesso em: 30 out. 2014.

^{LXXXVIII} Entenda o marco Civil da Internet ponto a ponto. *EBC*. 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/04/entenda-o-marco-civil-da-internet-ponto-a-ponto>>. Acesso em 30 out. 2014.

^{LXXXIX} Alvarenga, Flávia. Dilma Rousseff sanciona Marco Civil da Internet durante evento em SP. *GI*. 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/04/dilma-rousseff-sanciona-marco-civil-da-internet-durante-evento-em-sp.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

^{XC} *Observatório de Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, 2013 - 2015. Mensal.

^{XCI} Foram analisados os editoriais dos jornais Correio Braziliense (Brasília – DF), Folha de S. Paulo (São Paulo – SP), O Estado de S. Paulo (São Paulo – SP), O Globo (São Paulo – SP), Valor Econômico (Rio de Janeiro – RJ), Zero Hora (Porto Alegre – RS); e as matérias e editoriais das revistas Carta Capital (São Paulo – SP) e Veja (São Paulo – SP).

^{XCII} Para mais detalhes sobre o projeto, consultar: PÁDUA, A. S.; MATHIAS, S. K. (2010). Observatório de Política Externa Brasileira. Rev. Ciênc. Ext. v.6, n.1.

-
- XCIII INFORME MENSAL BRASIL, 45, 2013.
XCIV INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
XCV INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
XCVI INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
XCVII INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
XCVIII INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
XCIX INFORME MENSAL BRASIL, 45, 2013.
C INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
CI INFORME MENSAL BRASIL, 44, 2013.
CII INFORME MENSAL BRASIL, n. 47, 2013.
CIII INFORME MENSAL BRASIL, 46, 2013.
CIV INFORME MENSAL BRASIL, 47, 2013.
CV INFORME MENSAL BRASIL, n.51, 2014.
CVI INFORME MENSAL BRASIL, n. 60, 2015.
CVII INFORME MENSAL BRASIL, 47, 2013.

REFERÊNCIAS – PERIÓDICOS

Carta capital. São Paulo: Editora Confiança, 2013 - 2015. Semanal

Correio Braziliense. Brasília: 2013 - 2015. Diário.

Folha de S. Paulo. São Paulo: 2013 - 2015. Diário.

Observatório de Política Exterior do Brasil. São Paulo: Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, 2013 - 2015. Mensal.

Observatório de Política Exterior do Brasil. São Paulo: Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional, 2013 - 2015. Semanal.

O Estado de S. Paulo. São Paulo: 2013 - 2015. Diário.

O Globo. São Paulo: 2013 – 2015. Diário.

Valor Econômico. Rio de Janeiro: 2013 - 2015. Segunda a Sexta-feira.

Veja. São Paulo: Editora Abril, 2013 - 2015. Semanal.

Zero Hora. Porto Alegre. 2013 - 2015. Diário.

REFERÊNCIAS

Alvarenga, Flávia. Dilma Rousseff sanciona Marco Civil da Internet durante evento em SP. *GI*. 23 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/04/dilma-rousseff-sanciona-marco-civil-da-internet-durante-evento-em-sp.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Análise espionagem embaraça governos dos EUA no mundo. *ANSA Brasil*. 26 dez. 2013. Disponível em: <http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/mundo/noticias/2013/12/26/-Analise-_7470254.html>. Acesso em: 29 out. 2014.

Após retenção de avião presidencial, Evo promete asilo a Snowden. *O Estado de S. Paulo*. 06 jul. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,apos-retencao-de-aviao-presidencial-evo-promete-asilo-a-snowden,1050826>>. Acesso em 6 abr. 2015.

Araújo, Aisla Neilia de. Análise do marco civil da internet. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3208, 13 abr. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21474>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Brasil e Alemanha discutirão crise e espionagem norte-americana. *Inforel*. 11 mar. 2015. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=6075&tipo=1>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Breidthardt, Annika. Ministro da Alemanha diz que expulsão de chefe da CIA no país era inevitável. *Reuters*; HUDSON, Alexandra; BROWN, Stephen. *O Estado de S. Paulo*. 11 jul. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/europa,ministro-da-alemanha-diz-que-expulsao-de-chefe-da-cia-no-pais-era-inevitavel,1527131>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Campos, Ana Cristina. ONU adota resolução sobre direito à privacidade na era digital. *EBC*. 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/11/onu-adota-resolucao-sobre-direito-a-privacidade-na-era-digital>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Campos, Bruce Scheidl; Gomes, Giulia Botossi; Siqueira, Cristal de Moraes. Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas: a abordagem da imprensa brasileira sobre o Programa FX-2. In: IV Congresso Internacional -XI Simposio de América Latina y el Caribe (Ceinladi). Buenos Aires.

Cepik, Marco Aurélio Chaves. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 230 p.

China acusa EUA de ciberespionagem. *O Estado de S. Paulo*. 27 maio 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,china-acusa-eua-de-ciberespionagem,1172178>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Conselho do Fmi discute espionagem dos EUA. *Território Eldorado*. 13 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not307899.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

De volta à Bolívia, Evo Morales acusa Estados Unidos de intimidação. *O Estado de S. Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,de-volta-a-bolivia-evo-morales-acusa-estados-unidos-de-intimidacao-imp-,1050311>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Edward Snowden negocia volta para os EUA, diz advogado. *GI*. 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/edward-snowden-negocia-volta-para-os-estados-unidos-diz-advogado.html>>. Acesso em 18 abr. 2015;

Entenda as polêmicas do Marco Civil da Internet. *GI*. 26 mar. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140219_marco_civil_internet_mm>. Acesso em: 30 out. 2014.

Entenda o marco Civil da Internet ponto a ponto. *EBC*. 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/04/entenda-o-marco-civil-da-internet-ponto-a-ponto>>. Acesso em 30 out. 2014.

Espionagem americana ameaça a soberania do Brasil. *Jus Brasil*. 30 out. 2013. Disponível em: <<http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/100599512/espionagem-americana-ameaca-a-soberania-do-brasil>>. Acesso em: 29 out. 2014.

Espionagem leva Brasil e EU a construir cabo para driblar EUA. *Inforel*. 25 fev. 2014. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=5732&tipo=1>. Acesso em: 4 abr. 2014.

Eua ameaçaram multar Yahoo! Para obter informações de internautas. *O Estado de S. Paulo*. 11 set. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eua-ameacaram-multar-yahoo-para-obter-informacoes-de-internautas,1558700>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Explicações americanas são “insuficientes”, diz Patriota. *O Estado de S. Paulo*. 16 jun. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,explicacoes-americanas-sao-insuficientes-diz-patriota-imp-,1053832>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

França e Alemanha querem rede europeia de comunicação. *Blogs Estadão – Link*. 17 fev. 2014. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/franca-e-alemanha-querem-rede-europeia-de-comunicacao/>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Evo Morales acusa EUA de invadir e-mails de bolivianos. *Território Eldorado*. 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not280198.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

G-77 exige fim da espionagem dos EUA. *O Estado de S. Paulo*. 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,g-77-exige-fim-da-espionagem-dos-eua,1512616>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Gemalto investigará invasão de sistema por espionagem dos Eua e do Reino Unido. *O Estado de S. Paulo*. 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,gemalto-investigara-invasao-de-sistema-por-espionagem-dos-eua-e-do-reino-unido,1637045>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Gomide, Raphael; Souza, Leonardo. Espiões da era digital. *Época*. 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/bespioesb-da-era-digital.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Gonzaga, Yuri. Reação do Brasil e de outros países à espionagem dos EUA pode fragmentar internet, diz estudo. *Folha de S. Paulo*. 12 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/03/1424540-reacao-do-brasil-e-de-outros-paises-a-espionagem-dos-eua-pode-fragmentar-internet-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 29/10/2014.

Governo põe estagiária em reunião de espionagem. *O Estado de S. Paulo*. 21 set. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,governo-poe-estagiaria-em-reuniao-de-espionagem-imp-,1077093>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Jesus, Samuel. A saída pelo meio: aspectos geopolíticos da escolha, pelo governo Dilma Rousseff, dos aviões caça suecos Gripen-Saab. *Boletim Mundorama*. Brasília, 5 jun. 2014. Disponível em: <<http://mundorama.net/2014/07/05/a-saida-pelo-meio-aspectos-geopoliticos-da-escolha-pelo-governo-dilma-rousseff-dos-avioes-caca-suecos-gripen-saab-por-samuel-de-jesus/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

Lopes, Gills. Brics Cable: levando a cabo uma resposta brasileira à espionagem internacional? *Boletim Mundorama*. Brasília, 28 set. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/09/28/brics-cable-levando-a-cabo-uma-resposta-brasileira-a-espionagem-internacional-por-gills-lobes/#comments>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Macedo, Danilo. Argentina demonstra interesse na compra de caças Gripen fabricados no Brasil. *EBC*. 7abr. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-04/argentina-demonstra-interesse-na-compra-de-cacas-gripen-fabricados-no>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

Marco Aurélio Garcia comentou sobre espionagem e o reequipamento das Forças Armadas. *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas*, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://observatoriodedefesa.blogspot.com.br/2013/10/marco-aurelio-garcia-comentou-sobre.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

Marin, Denise Chrispim. Também alvo de espionagem americana, Índia não altera postura com os EUA. *O Estado de S. Paulo*. 24 set. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tambem-alvo-de-espionagem-americana-india-nao-altera-postura-com-os-eua,1078357>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Merkel reitera que espionagem dos Eua é inaceitável. *O Estado de S. Paulo*. 12 jul. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,merkel-reitera-que-espionagem-dos-eua-e-inaceitavel,1527695>>.

Ministério da defesa. Assessoria de Comunicação Social (Ascom). *Defesa indica criação do Comando e da Escola de Defesa Cibernética*. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/14136-defesa-indica-criacao-do-comando-e-da-escola-de-defesa-cibernetica>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Ministério da defesa. *FAB assina contrato para aquisição de 36 caças Gripen NG*. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/14115-brasil-assina-contrato-para-aquisicao-de-36-cacas-gripen-ng>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Observatório de política exterior. *Política Externa & Eleições*. São Paulo: Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), 2014.

O escândalo da espionagem dos EUA. *O Globo*. 28 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/o-escandalo-da-espionagem-dos-eua-10191175>>. Acesso em: 29 out. 2014.

Obama promete parar de espionar “líderes próximos”. *Território Eldorado*. 17 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not320056.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

Onu aprova proposta do Brasil para monitorar direito à privacidade. *O Estado de S. Paulo*. 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-aprova-proposta-do-brasil-para-monitorar-direito-a-privacidade,1658398>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Palácio do Planalto se pronuncia sobre discurso de Obama. *Território Eldorado*. 19 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.territorioeldorado.limao.com.br/noticias/not320343.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Rússia renova asilo a Edward Snowden por mais três anos. *EBC*. 7 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/08/russia-renova-asilo-a-edward-snowden-por-mais-tres-anos>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Serviço secreto canadense presta contas sobre espionagem contra o Brasil. *Inforel*. 5 fev. 2014. Disponível em: <http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=5686&tipo=1>. Acesso em: 5 abr. 2015.

Snowden recebe asilo temporário da Rússia e deixa aeroporto em Moscou. *O Estado de S. Paulo*. 1º ago. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,snowden-recebe-asilo-temporario-da-russia-e-deixa-aeroporto-em-moscou,1059529>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Soares, Joana Lacerda. A espionagem norte-americana no Brasil e a hegemonia dos Estados Unidos. *Boletim Mundorama*, Brasília, 12 out. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/10/12/a-espionagem-norte-americana-no-brasil-e-a-hegemonia-dos-estados-unidos-por-joana-soares/#comments>>. Acesso em: 28 out. 2014.

Uchoa, Paulo. Um guia para o debate sobre os limites à espionagem dos EUA. *BBC Brasil*. 14 nov. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/11/131114_espionagem_nsa_pu_dg>. Acesso em: 29 out. 2014.

Trevisan, Claudia. Europeus vão aos EUA para pedir explicações sobre espionagem. *O Estado de S. Paulo*. 30 out. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,europeus-vao-aos-eua-para-pedir-explicacoes-sobre-espionagem,1091516>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Turquia cobra explicações dos EUA por espionagem. *O Estado de S. Paulo*. 1º set. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,turquia-cobra-explicacoes-dos-eua-por-espionagem,1553072>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

Twitter processa EUA pelo direito de não revelar dados de usuários. *O Estado de S. Paulo*. 8 out. 2014. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/twitter-processa-eua-pelo-direito-de-nao-revelar-dados-de-usuarios/>>. Acesso em: 4 abr. 2014.